



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ATA

XXII Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos

Aos vinte e oito dias do mês de março de 2014, no auditório da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), em Belém/PA, realizou-se a XXII reunião ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-PA), com a participação de nove Conselheiros titulares e oito suplentes, totalizando dezessete membros (*quorum*), a saber: Thiago Marcelo Pacheco de Oliveira, Conselheiro Suplente da Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura – **Sepaq**; Tereza Cristina Barbosa da Silva, Conselheira Suplente da Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano – **Seidurb**; Marta Helenise Maia Amorim, Conselheira Suplente do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará – **Idesp**; David Franco Lopes, Conselheiro Titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – **Abes**; Solange Valadares Dias, Conselheira Titular do Consórcio de Desenvolvimento Social Econômico Intermunicipal – **Codesei**; Valdinei Mendes da Silva, Conselheiro Titular do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará – **IFPA**; Vera Nobre Braz, Conselheira Suplente do Centro Universitário do Estado do Pará – **Cesupa**; Shirley Coelho da Silva, Conselheira Titular do **Grupo de Ações Ecológica Novos Curupiras**; Heraldo José Meirelles, Conselheiro Titular da Associação Cultural Artística e Ambiental Guardiões do Curupeté – **Guarcuru**; Luiz Augusto Moura, Conselheiro Titular da Federação das Indústrias do Estado do Pará – **Fiepa**; Carlos Alberto do Amaral, Conselheiro Titular e Manuel Francisco de Sousa, Conselheiro Suplente da Cooperativa de Pescadores Artesanais e Armadores de Pesca – **Cepapa**; Ronaldo Jorge da Silva Lima, Conselheiro Titular do Instituto Brasileiro de Mineração – **Ibram**; Antonio Carlos Crisostomo Fernandes, Conselheiro Titular e Fernando Souza Lima da Silva, Conselheiro Suplente da Companhia de Saneamento do Pará – **Cosanpa**; Ana Izabel M. Pantoja, Conselheira Suplente da Federação das Associações Municipais do Estado do Pará – **Famep**; e Walberê R. S. Filho, Conselheiro Suplente da Associação dos Municípios do Arquipélago do



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Marajó – **Amam**; Justificaram ausência: Antônio Carlos Abraão, Conselheiro Suplente da Secretaria de Estado de Agricultura – **Sagri**; Rodrigo Bentes dos Santos, Conselheiro Titular da Secretaria de Estado de Saúde do Pará – **Sespa**; Iloé Listo de Azevedo, Conselheiro Suplente da Associação Profissional dos Geólogos da Amazônia – **Apgam**; e Lucy Anne Cardoso Lobão Gutierrez, Conselheira Titular da Universidade Estadual do Pará – **Uepa**. Os trabalhos foram abertos pela **Secretária Executiva do CERH, Verônica Bittencourt**, que inicialmente justificou a ausência do **Secretário de Estado de Meio Ambiente e Presidente do CERH-PA, José Alberto da Silva Colares**, em função de outra agenda de compromissos. Presidindo a reunião, destacou a importância do segundo ponto da pauta, referente à aprovação do Plano de Metas para o Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (PROGESTÃO), ressaltando que a deliberação da matéria será fundamental para a assinatura de adesão do Estado ao Pacto. No primeiro ponto de pauta: aprovação das atas da XX e XXI reuniões ordinárias do CERH-PA, o **Conselheiro Carlos Amaral (Cepapa)** solicitou a inclusão da sua justificativa de falta na ata da XXI reunião ordinária, afirmando que avisou antecipadamente a Secretaria Executiva sobre a sua ausência. Nada mais havendo a tratar sobre esse item, os Conselheiros aprovaram as duas atas, com doze votos favoráveis. Ao iniciar o primeiro ponto de pauta da Ordem do Dia: Aprovação do Plano de Metas para o Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (PROGESTÃO), a **Secretária Executiva** convidou o **Gerente de Planejamento e Usos Múltiplos (Geplu)** da Diretoria de Recursos Hídricos da SEMA, **Edson Pojo**, a apresentar o Quadros de Metas Federativas e Estaduais do PROGESTÃO. Antes, a Secretária informou que durante a reunião realizada no dia 16 de janeiro de 2014 os técnicos da Direh, membros do CERH e técnicos da Agência Nacional de Águas (ANA) discutiram amplamente os objetivos, metas e todas as etapas do Programa, além dos exercícios sobre as Metas a serem alcançadas com a utilização do recurso federal ao longo de cinco anos de duração do Programa. Ao iniciar sua apresentação, **Edson Pojo** destacou alguns aspectos importantes que consolidaram o Programa, tais como as Resoluções da ANA Nº 379, de 21 de março de 2013, que aprova o regulamento do PROGESTÃO, e Nº 512, de 29 de



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

60 abril de 2013, que define os valores anuais dos contratos a serem firmados no
61 âmbito do Programa; o recurso pecuniário de até cem milhões de reais para
62 investimento nos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos
63 (SEGREHs), adesão voluntária dos Estados e a Gestão por Metas. Em seguida
64 apresentou algumas premissas: Fortalecimento dos SEGREH; Compromissos em
65 torno de Metas; Metas associadas à visão de futuro; Desenvolvimento institucional
66 a partir das aspirações dos Estados; e Metas de controle definidas de forma
67 consensual. Comentando sobre os antecedentes legais do Programa, explicou que
68 a primeira parcela do recurso, no valor de setecentos e cinquenta mil reais, só será
69 repassada ao Estado após a anuência ao Quadro de Metas pelo Conselho
70 Estadual de Recursos Hídricos. Os desembolsos posteriores ocorrerão em parcela
71 única anual proporcional ao alcance das Metas. Discorrendo sobre cada etapa do
72 PROGESTÃO, informou que o primeiro passo ocorreu com a publicação do
73 Decreto Estadual Nº 886, no dia 04 de novembro de 2013, que certifica a adesão
74 do Estado ao Programa e designa a Sema como entidade responsável pela
75 coordenação das ações do Poder Executivo Estadual sobre a implementação do
76 Pacto. O segundo passo foi cumprido com a inscrição no PROGESTÃO ao enviar
77 os documentos à ANA e abertura de conta bancária. Na terceira etapa, a equipe da
78 ANA fez uma visita técnica ao Estado para auxiliar a Sema na construção do
79 diagnóstico e prognóstico sobre a gestão hídrica, com a finalidade de definir as
80 Metas do Pacto e definição da tipologia, conforme a estrutura de avaliação e
81 classificação descrita no regulamento do PROGESTÃO. A quarta etapa consiste
82 na aprovação do Quadro de Metas pelo CERH-PA, que será assinado pelo
83 Presidente do Conselho e Secretário de Meio Ambiente e enviado à ANA. Após
84 esse processo, seguir-se-á para a quinta e última etapa, correspondente à
85 certificação anual das Metas e desembolso proporcional ao atingimento. Atendo-se
86 aos tipos de Metas pré-definidas pela ANA, **Edson** explicou sobre as duas
87 classificações: Metas de Cooperação Federativa (SINGREH / SEGREH) e Metas
88 de Fortalecimento do SEGREH, sendo que esta última depende da tipologia
89 proposta pelo Órgão Gestor da Política Estadual de Recursos Hídricos e aprovação
90 no CERH. Conferem às Metas de Cooperação Federativa: Integração das bases de
91 usuários de Recursos Hídricos (disponibilização dos dados cadastrais, tanto pela



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

adesão quanto pela sincronização das bases de dados ao Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH), Meta alcançada pelo Estado; Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas (Compartilhamento das informações sobre autorizações de perfuração de poços, pelo Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH e, quando houver, emissões de Outorgas de águas subterrâneas pelo Estado) quanto a esta Meta a **Secretária Executiva** informou que a ANA está desenvolvendo um Sistema que será alimentado com dados fornecidos pelos Estados. Portanto, o Pará só poderá implementá-la quando a ANA repassar as informações necessárias para a utilização desse Sistema. Outras Metas correspondentes são: Contribuição para difusão do conhecimento (fornecimento das informações solicitadas ao Estado para elaboração do Relatório “Conjuntura dos Recursos Hídricos”), o Estado já executa esta Meta há alguns anos, informou **Edson**; Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos (Elaboração de manual operativo da Sala de Situação, produção de boletins diários e manutenção corretiva) com relação a esta Meta, a Sema possui um convênio com a ANA para a instalação da Sala de Situação, em funcionamento, com pendência apenas na elaboração do Manual Operativo; e Atuação para segurança de Barragens (cadastramento, classificação e fiscalização das barragens) - nesta área o Estado ainda não atua. Falando sobre as Metas de Fortalecimento dos SEGREHs, **Edson** comentou sobre as cinco propostas estabelecidas. Para o primeiro ano: Definição e aprovação das Metas pelo CERH, ressaltando a importância de aprovar os Quadros de Metas, por significar a garantia do recebimento de cem por cento da parcela do primeiro ano. A partir do segundo ano serão avaliadas as Variáveis Legais, Institucionais e de Articulação Social (com dez variáveis de gestão), Variáveis de Planejamento (com oito variáveis de gestão), Variáveis de Informação e Suporte (com seis variáveis de gestão) e Variáveis Operacionais (com oito variáveis de gestão). Conforme a metodologia estabelecida pela ANA, que considera a complexidade do processo de gestão de Recursos Hídricos e estrutura institucional para classificar a tipologia de gestão de cada Estado (A, B, C ou D), **Edson** explicou que é necessário observar a realidade local para a adequação estrutural. Portanto, se a complexidade da gestão hídrica estadual não é muito alta, então não será necessário implementar a



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

124 estrutura institucional avançada, caso contrário haverá desperdícios de recursos.
125 Logo, o ideal é a adequação entre complexidade e estrutura institucional. Do ponto
126 de vista da gestão dos Recursos Hídricos, a tipologia “A”, corresponde à realidade
127 menos problemática e assim a complexidade aumenta de “A” para “D”, bem como o
128 nível de exigência das Metas. Com base nessas variáveis, conclui-se que o Estado
129 melhor se adequou à tipologia “B”. No processo autoavaliativo de certificação, a
130 entidade estadual avaliará anualmente o SEGRENH e submeterá o resultado à
131 apreciação do CERH antes de enviá-la à ANA; após a ratificação da autoavaliação,
132 a ANA fará a certificação das Metas. O **Conselheiro Valdinei Silva (IFPA)**
133 questionou sobre as Metas atingidas pelo Estado, no sentido de que a qualidade
134 dos serviços prestados podem não corresponder aos parâmetros ideais de gestão
135 hídrica. Em resposta, a **Secretária Executiva** explicou que, para cada variável
136 existem diversos níveis com critérios de avaliação, nos quais o Estado se
137 autoavalia e seleciona o nível que deseja alcançar. Dessa maneira, definiu-se a
138 tipologia da gestão hídrica do Pará e estabeleceram-se as Metas com cautela para
139 não escolher aquelas que não poderão se cumpridas em curto prazo. Por fim,
140 ressaltou que a ANA não interferirá na escolha dos meios para atingi-las, portanto,
141 caberá ao Estado, com a aprovação do Conselho, buscar a melhor forma de
142 cumprir esses objetivos. Para nivelar conhecimentos, o **Conselheiro Valdinei**
143 **Silva (IFPA)** sugeriu uma forma de facilitar o acompanhamento dos trâmites do
144 PROGESTÃO. Por exemplo, onde consta cada nível, detalhar como será
145 trabalhado e as Metas a serem alcançadas em médio/longo prazo. Isto facilitaria o
146 acompanhamento e compreensão de todo o processo, garantindo ainda o acesso
147 das futuras representações do Conselho para a continuidade deste trabalho. Neste
148 sentido, a **Secretária Executiva** considerou interessante um dos aspectos do
149 Programa, a possibilidade de inclusão do Conselho nas ações do Órgão Gestor da
150 Política Estadual de Recursos Hídricos, fator que poderá fortalecer o CERH e
151 aumentar a participação dos Conselheiros nos assuntos pertinentes ao Colegiado.
152 Apresentando o Quadro de Metas de Cooperação Federativa no âmbito do
153 SINGRENH, **Edson** explicou os procedimentos para o cumprimento de cada Meta
154 em cada período, conforme a metodologia estabelecida pela ANA. Na
155 oportunidade, a **Secretária Executiva** avisou que o maior desafio para o Estado



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

será cumprir a Meta referente à atuação sobre Segurança de Barragens, visto que a ANA assumiu recentemente o compromisso de implementar os instrumentos da Política Nacional de Segurança de Barragem (PNSB) e devido às dificuldades de atuar junto aos Estados, a Agência incluiu esta temática nas Metas Federativas, com o intuito de fazer com que os Estados busquem a adequação. Por ser uma Política nova, o cumprimento dessa Meta será um desafio para todas as Federações inscritas no Programa, ressaltou ela. Ainda sobre o assunto, o **Conselheiro Luiz Moura (Fiepa)** acrescentou que a **Fiepa** ao longo de dois anos discutiu com outras instituições sobre classificações de Barragens, porém sem resultados definitivos, devido a dificuldades como, por exemplo, a diversidade de conceitos formados sobre o tema. Mas informou que parte da categoria da indústria mineral está mais interessada sobre essas discussões. Ao explicar sobre o Quadro de Metas de Gestão de Águas no âmbito do SEGREGH, **Edson Pojo** apresentou cada Meta e suas variáveis proporcionalmente aos anos de gestão. Em meio aos debates em torno da variável sobre Comitês de Bacias e Organismos Colegiados, o **Conselheiro Valdinei Silva (IFPA)**, comunicou que a Câmara Técnica do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CTPERH), na qual é Presidente, e de Capacitação e Educação Ambiental (CTCEAR), discutirão em conjunto as propostas de criação de Comitês de Bacias, com debates em pelo menos três escalas: local, metropolitana e estadual. Os resultados provavelmente serão apresentados na próxima reunião do Conselho. Nesse contexto, **Edson** ressaltou que para cada Meta o número de variáveis aumentará e estas serão avaliadas no decorrer dos quatro anos do Programa, no entanto são suscetíveis às mudanças conforme o alcance das Metas ou mediante proposta do Órgão Gestor, porém ressaltou que se não forem cumpridas, haverá o rebatimento financeiro. A **Conselheira Solange Dias (Codesei)** lembrou as decisões tomadas durante a Oficina do PROGESTÃO, que, embora o Estado tenha avançado na gestão dos recursos hídricos, definiram-se as Metas ponderadamente, em vista das dificuldades de execução. O **Conselheiro Luiz Moura (Fiepa)** informou que no âmbito do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema) discutiram-se a destinação da verba do Fundo Estadual de Meio Ambiente (Fema) e alertou sobre a possibilidade de incluir o CERH nessas discussões, já que ambos estão sob a responsabilidade



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

do mesmo Presidente. A **Secretária Executiva** considerou a sugestão interessante, pois a proposta de reestruturação da Sema ressalta este aspecto financeiro, inclusive prevê a aplicação de percentuais dos recurso proveniente dos *royalties* da geração de energia elétrica no Estado. Em meio aos debates sobre a metodologia de avaliação do Pacto, a **Secretária Executiva** observou que durante as oficinas do PROGESTÃO, a equipe da ANA deixou claro o objetivo de colaborar com os Estados, considerando o Programa uma importante ferramenta de avaliação para as ações hídricas do Pará e principalmente para a participação do CERH no desenvolvimento da gestão de recursos hídricos. O **Conselheiro David Lopes (Abes)** comentou que a intenção de fortalecimento é plausível, mas não descartou os desafios da gestão, observando que a Sema ainda não dispõe de quadro técnico suficiente para cumprir a Meta sobre Segurança de Barragens. A **Secretária Executiva** acrescentou que a fiscalização de barragens deve ser articulada com o Licenciamento Ambiental. Finalizando a sua fala, ele se dispôs a ajudar em nome da Abes. Ao iniciar o processo de votação, a **Secretária Executiva** questionou o Plenário se todos estavam de acordo com os Quadros de Metas Federativas e Estaduais apresentados e com a tipologia proposta. Com dezesseis votos favoráveis, nenhum contrário e uma abstenção, o Conselho aprovou os Quadros de Metas do PROGESTÃO. Em seguida, a **Secretária Executiva** informou que o documento será encaminhado à ANA. No segundo ponto de pauta da Ordem do Dia: Apresentação sobre a situação dos Grupos de Trabalho (Compensações e Vazões), o **Conselheiro Luiz Moura (Fiepa)**, na qualidade de Coordenador do GT sobre Compensações, iniciou o seu discurso chamando atenção para o problema da impontualidade dos membros; em seguida, relatou sobre as duas reuniões ocorridas sob a sua coordenação e relatoria da técnica da Direh, Larissa Sousa, em 2011, quando o Grupo foi criado. Contudo, o GT decidiu submeter ao Coema, como matéria de pauta, a demanda sobre a Compensação Ambiental, convergindo os interesses do Coema e CERH, e informou que no âmbito do Coema foi criado um grupo de estudos para trabalhar sobre esta temática com seus vários aspectos, por isso sugeriu que essa discussão ocorra junto com o Conselho Estadual de Meio Ambiente. Posteriormente, o **Conselheiro e Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Vazões, David Lopes**



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

(Abes), pediu para apresentar sobre a proposta do grupo e relatou que há dois anos o CERH sustentava a proposta de que as vazões abaixo de 40m³ não necessitariam de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, porém, em certas regiões, vazões nessa quantidade nem existem. Por esse motivo, iniciou um estudo na CPRM para verificar onde é possível fazer a regionalização de vazões, quando se deparou com o problema da ausência de dados devido à escassez de estações hidrológicas no Estado. Portanto, sem equipamentos que quantifiquem o volume d'água, não será possível determinar a vazão com embasamento técnico e científico. As instalações das estações hidrológicas do Estado estão concentradas nas regiões da Calha Norte, no Amazonas, e ao longo da PA 150 (Belém/Brasília). Para tentar resolver esse problema, comentou que encaminhará proposta ao Conselho para a contratação de uma consultoria que faça a regionalização de vazões no Estado, que atenda as recomendações da Organização Meteorológica Mundial (OMM). Sobre este assunto, a **Secretária Executiva** informou que já está em andamento a contratação de uma empresa para realizar esse estudo e que o processo licitatório iniciou em junho de 2013, sendo esta uma das prioridades do Secretário da Sema. A empresa a ser contratada deverá cumprir os estudos de regionalização, implantar o Sistema de Gerenciamento de Outorga com um banco de dados para a gestão hídrica e o Sistema de Suporte a Decisão, com objetivo de subsidiar tecnicamente a análise dos processos de outorga no Estado. A contratação é uma prioridade, devido ao significativo volume de Outorgas emitidas e mais de mil e quinhentos processos pendentes de análise. Sem a regionalização, a Secretaria trabalha com informações pontuais e precárias, utilizando planilhas em Excel para o registro e tramitação de processos. Por todas essas dificuldades, justificou a contratação da consultoria que, de acordo com as cotações de preços, custará cerca de dois milhões de reais. Na seção dos Informes: a **Secretária Executiva** destacou a publicação da Instrução Normativa Nº 003, de 27 de março de 2014, que dispõe sobre os procedimentos administrativos específicos para o protocolo de processos de solicitação de Outorga Preventiva, Outorga de Direito, Renovação e Dispensa de Outorga no âmbito do Estado do Pará. Comentou que esta aprovação é muito importante para a área de Outorga e que foi proposta e discutida com o Jurídico durante um longo período, pois a Instrução Normativa nº



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

55/2010 (revogada) solicitava muitos documentos administrativos que não eram necessários para análise hídrica, porém era o modelo solicitado pelo Licenciamento Ambiental, fato que dificultava o protocolo dos processos de Outorga e os tornava mais onerosos ao requerente. Relatou também que foram encaminhados à Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU) do Ministério de Meio Ambiente (MMA) documentos pleiteando o recurso financeiro para a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos, que, segundo a cotação de preços da Sema, terá valor variando entre três a quatro milhões de reais e a reunião para os encaminhamentos entre o Estado e o MMA, com o Secretário Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU/MMA), está agendada para o dia 07 de abril, em Brasília. A **Secretária Executiva** informou também que a Sema contratou, por meio de licitação com recursos provenientes do Programa Pará Rural, a empresa Geoambiente para elaborar e implantar o Sistema Estadual de Informações de Recursos Hídricos (SEIRH), que é um dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos. Para isto, haverá um portal onde estarão disponíveis todas as informações sobre Recursos Hídricos do Pará. A **Secretária Executiva** também informou que a Sema está concluindo um processo licitatório, também com recursos provenientes do Programa Pará Rural, com o objetivo de contratar uma empresa para realizar um estudo sobre cobrança para a Bacia do Rio Itacaiúnas. Tendo em vista o término do segundo mandato do CERH em abril de 2014, informou que a Secretaria Executiva está verificando uma forma legal para prorrogá-lo, em decorrência de problemas para os encaminhamentos quanto ao processo de habilitação. Após estes informes, o **Conselheiro Valdinei Silva (IFPA)** apresentou o portal Sustentabilidade Hídrica, criado com o propósito de divulgar as ações do CERH e suas Câmaras Técnicas. O portal disponibiliza fóruns de discussões para o debate de temas atuais, com o intuito de orientar tecnicamente as comunidades interessadas sobre as questões voltadas aos Recursos Hídricos. Além disso, também é possível consultar a agenda de reuniões e composição do CERH. A **Secretária Executiva** agradeceu a iniciativa, que poderá tornar-se uma importante ferramenta de integração entre Instituições de Ensino Superior e comunidades. Cumpridos todos os pontos da pauta, deu-se por



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

283 encerrada a XXII reunião ordinária. Para constar, lavra-se esta ata assinada pela
284 Presidente dessa reunião, a **Secretária Executiva** deste Conselho.

Verônica Jussara Costa Bittencourt
Secretária Executiva do CERH-PA